

Divergências sobre taxa de risco entre Pastore e credores

por Paulo Sotero
de Washington

O presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, e o comitê de catorze bancos que representam os mais de seiscentos credores do Brasil não conseguiram superar, ontem, em Nova York, suas divergências sobre "spread" (taxa de risco), o último obstáculo que os separa de um acordo de renegociação da dívida externa brasileira em bases plurianuais.

Ao contrário do hábito, a reunião de ontem, na sede do Citibank, não avançou pela noite, tendo terminado no final da tarde. Hoje pela manhã, as duas partes voltam a encontrar-se. A taxa de risco é o único ponto importante da agenda, disse a este jornal uma fonte do comitê dos bancos credores, pouco depois de deixar a reunião no Citibank.

Fontes bancárias americanas e brasileiras afirmaram que o desejo geral é o de concluir as negociações hoje, embora não haja nenhuma garantia de que isso acontecerá. Traduzindo talvez a ansiedade geral pela definição do acordo, uma fonte bancária adiantou que "o comunicado" através do qual ele será dado a conhecer terá "quatro páginas".

REESCALONAMENTO

Com uma possível diferença, referente à taxa de risco, essas quatro páginas conterão os números dados a este jornal em Brasília, ontem, cerca de duas horas antes do término da reunião em Nova York, por uma alta fonte governamental. (ver 1ª página) O reescalonamento será por dezenas de anos e envolverá US\$ 43,5 bilhões, ou seja, os compromissos da dívida entre 1985 e 1991, inclusive, excluídos apenas os US\$ 11,7 bilhões que foram negociados na chamada Fase II, em 1984. Teoricamente, a inclusão no pacote da Fase I, ou seja, os US\$ 8,9 bilhões de dinheiro novo e amortizações contratados em 1983, elevaria o total renegociado para US\$ 51 bilhões, como o Brasil pediu no início das negociações.

Destes US\$ 51 bilhões devem-se deduzir, segundo fonte do comitê assessor, aproximadamente US\$ 7 bilhões das linhas de crédito interbancário, que, segundo os termos do acordo renegociado, não serão mais automaticamente renovados, como vinha acon-

tecendo nos últimos dois anos, mas pagos na data de vencimento. Pelo relatório divulgado no dia 11 passado pelo Bankers Trust Company, que monitora as linhas interbancárias, na semana de 1º a 8 de janeiro, 220 bancos tinham um total de US\$ 6,7 bilhões emprestados às agências de bancos brasileiros no exterior.

AMORTIZAÇÃO

Deve-se subtrair, também, do pacote uma parte dos pagamentos de amortização que, segundo a fonte governamental brasileira, o Brasil começará a fazer, já neste ano. Em 1986, o País pagará US\$ 200 milhões de principal. No ano que vem saldará outros US\$ 300 milhões. Essa quantia aumentará, gradualmente, até 1988/1989. A partir daí ela se manterá estável até o ano 2000. Não será concedido, portanto, no reescalonamento, prazo de carência no sentido que vigorou nas renegociações anuais. O Brasil reivindicou inicialmente 8 anos.

Com todos esses itens já concertados, Pastore e os banqueiros tentarão superar hoje obstáculos mais importantes de todos — o preço que os bancos cobraram pela renegociação, determinado pelo "spread", ou a taxa de risco cobrada além da libor, os juros em dólar do mercado interbancário de Londres. Segundo a fonte governamental ouvida por este jornal em Brasília na tarde de ontem, "estava quase acertado" que os bancos aceitariam a proposta inicial brasileira de pagar, na média dos 7 anos renegociados, um "spread" de 1,125 (ou 1 1/8). A mesma taxa obtida pelo México, no ano passado.

De acordo com a fonte, o Brasil pagaria 0,875% (ou 7/8 de 1%) sobre os compromissos de cada ano em curso e o "spread" contratual sobre os vencimentos dos anos seguintes. Com o passar do tempo, o "spread" cairá gradualmente, até chegar a 0,875 (7/8 de 1%) em 1991.

De acordo com a fonte do comitê de bancos ouvida por este jornal depois da reunião de ontem, a informação fornecida pela fonte governamental brasileira representa apenas "a posição que Pastore está defendendo nas negociações". A fonte negou-se a revelar a posição defendida pelos credores.

Rolagem da dívida até o...

por Cláudia Sotero

de Brasília

(Continuação da 1ª Página)

compromissos assumidos na Fase II (acertada no ano passado). Assim, apesar de ficar aquém dos US\$ 51 bilhões solicitados pelo

governo brasileiro, ficou acima dos US\$ 37 bilhões sugeridos pelos credores.

A proposta levada por

Pastore era de reescalonar os débitos por dezenas de anos. Os bancos ofereceram catorze anos. A fonte, contudo, assegurou que

"há enormes chances" de o martelo ser batido nos dezenas de anos mas sem a carência de oito anos, solicitada pelo governo brasileiro.

"Mas, se tiver, não será superior a US\$ 200 milhões, uma cifra bastante modesta para uma amortização que soma US\$ 3 bilhões".

Para 1986, a previsão é de que o País pague no máximo US\$ 300 milhões, cifra que aumenta para mais de US\$ 1 bilhão nos anos subsequentes e se estabiliza num volume bem mais pesado a partir de 1989 até o ano 2000.

MONTANTE

Outro ponto complexo das negociações refere-se à cobrança da taxa de risco sobre os juros, os "spreads". O Brasil gostaria que incidisse sobre o montante total renegociado uma taxa média de 1,125% de "spread", percentual idêntico ao da renegociação mexicana. O esquema que estava posto na mesa ontem era um pouco diferente da proposta brasileira. Segundo a fonte, o Brasil pagaria o "spread" acertado nos contratos de empréstimos até o vencimento da amortização e, a

partir daí, a taxa de risco iria sendo reduzida até o ano 2000, ao máximo de 0,875% (sete oitavos). Isso resultaria, segundo os cálculos oficiais, na mesma taxa média de 1,125% de "spread".

Contornado um problema legal que envolvia os bancos norte-americanos, que não podiam elevar em mais de 10% seus "exposures" a um só cliente, no caso, o Banco Central do Brasil, as discussões entre Pastore e o comitê de assessoramento, presidido por William Rhodes, abrangeram mais de cinquenta itens. Um deles, segundo a fonte, é a forma de consulta que será implementada entre os credores internacionais e o governo brasileiro, já que em 1986 termina o programa de ajuste do Fundo Monetário Internacional (FMI) e, assim, as missões rotineiras que esse organismo envia ao País, que avalizavam ou não a performance da economia, orientando, assim, o comportamento dos credores.

NOVO COMITÉ

Como a negociação envolve até 1991, será criado um novo comitê representante dos bancos estrangeiros, que centralizará todas as informações remetidas pelo governo brasileiro e as distribuirá a todas as instituições financeiras envolvidas na renegociação. O comitê de assessoramento, terminado esse processo de renegociação, se dissolverá.

A questão do "exposure", estava criando problemas legais para a montagem do pacote plurianual, mas, segundo confirmou a fonte, o Comptroller of the Currency — órgão ligado ao Departamento do Tesouro — admitiu que os "empresários" dos bancos norte-americanos centralizados no Banco Central sejam considerados "depositos", já que a empresa tomadora pagou, embora o BC não tenha transferido o recurso para o banco credor.